



DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

1. DAS PRELIMINARES

1.1. Trata-se de resposta ao pedido de impugnação apresentado em 12 de novembro de 2025, conforme documento constante em SEI nº 7130476, pela empresa E. TRIPODE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.228.425/0001-95, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90005/2025.

1.2. Da tempestividade:

1.2.1. Destaca-se que o pedido de impugnação foi apresentado após o prazo legal estabelecido pelo art. 164, §2º, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual impugnações ao edital devem ser protocoladas até 3 (três) dias úteis anteriores à data da sessão. Considerando que a abertura do certame está prevista para o dia 14/11/2025, verifica-se que o protocolo ocorreu fora da janela legal, sendo, portanto, intempestivo.

1.2.2. Assim, o pedido não preenche o requisito de admissibilidade temporal, motivo suficiente para seu indeferimento.

1.2.3. Todavia, visando assegurar a transparência e o amplo controle sobre o procedimento licitatório, e em respeito ao princípio da motivação, a Administração passa também a analisar o mérito alegado pela impugnante.

2. DAS ALEGAÇÕES E DO PEDIDO

2.1. Em síntese, a impugnante insurge-se contra os termos do Edital, alegando:

Ao analisar as condições para participação no pleito em tela, a impugnante verificou que o instrumento convocatório dispõe vícios que comprometem a legalidade do procedimento licitatório, vejamos LOTE 1 E LOTE 5 DO TERMO DE REFERENCIA: Isto posto, levando em conta o interesse da requerente em participar do referido certame, a mesma vem impugnar o edital, pois os Lotes 1 e 5 estão formados por materiais diversos e mobiliários de linhas de produção diferentes, a saber: móveis confeccionados em aço, móveis de madeira e estofados. Em que pese o esforço da Administração Pública em garantir aos interessados a mais ampla cognição, diante do ocorrido fica impossível à requerente apresentar proposta de preços para os itens do Lote, já que estão totalmente misturados. Não há que se falar em padronização, pois se trata de móveis COMPLETAMENTE DIFERENTES, tanto em design, acabamento, cor, etc. A matéria prima utilizada é diferente, sendo todo o resto, inclusive assistência técnica, completamente diferente. Entende-se que a divisão dos materiais se fez por necessidade de cada Órgão, porém fica impossível cotar tais materiais e fornecer proposta realmente vantajosa para a Administração, o que dificulta a participação de um grande número de empresas, pois a maioria delas não produz todos os diferentes móveis em questão, por se tratar de produtos distintos e com linhas de produção totalmente distintas, tornando restrita a competitividade. Observa-se que as empresas podem cotar todos os materiais, entretanto, uma empresa fabricante de móveis de aço irá ter preço competitivo somente nesses itens, sendo que os itens de móveis de madeira, ficarão com seu preço muito maior que de outras fabricantes. Nesse sentido, o valor total do Lote ficará completamente prejudicado, já que a empresa que tem o menor preço de aço pode não arrematar por estar com os preços dos itens diferentes muito altos, em comparação as fabricantes desses mesmos produtos. Da mesma forma, se a fabricante dos itens de que não são em aço arremata o lote, não irá fazer o menor preço possível para os produtos de aço. Obviamente, NENHUMA EMPRESA irá fazer o melhor preço em todos os objetos citados.

Assim a Administração irá pagar mais caro por uma armário do que pagaria se os mobiliários fossem separados por linha de fabricação. Desta forma, além de infringir o Princípio da Ampla Concorrência, tal atitude infringe também o Princípio da Economicidade. III – PEDIDO E CONCLUSÃO Requer-se a reformulação do Edital, e a suspensão do referido pregão, cuja sessão pública de abertura está prevista para o dia 14/11/2025, às 10:00 horas, de forma a adequar, com a consequente republicação do edital

3. DA ANÁLISE DO MÉRITO

3.1. Cabe desde logo ressaltar que todo o ato administrativo deve atender, entre outros, aos princípios indicados no Art. 5º da Lei 14.133/2021, que dispõe:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

3.2. Passemos, a seguir, à análise das alegações contidas na peça de impugnação.

3.3. Registramos que as alegações, por se tratarem de questões técnicas relativas ao Termo de Referência (SEI nº 6987767), o assunto foi submetido à área técnica e demandante da contratação que se pronunciou por meio do despacho 7156032. Abaixo será transcrita a análise realizada pela unidade requisitante:

A impugnante alega que os Lotes 1 e 5 do Termo de Referência contemplam itens de naturezas diversas, quais sejam: móveis de aço, madeira e estofados o que, em seu entendimento, comprometeria a isonomia e restringiria a competitividade. Requer, por conseguinte, a reformulação do edital e a suspensão do certame, nos termos do art. 164, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

O art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, dispõe que o parcelamento do objeto deve ocorrer quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, o que foi devidamente observado na presente licitação.

O desmembramento dos itens não se mostra vantajoso, pois fragmentaria a execução contratual e acarretaria aumento de custos administrativos e operacionais, além de comprometer a padronização pretendida para o ambiente do restaurante institucional.

A eventual impossibilidade de determinada empresa disputar todos os itens decorre de decisão comercial própria, e não de restrição imposta pelo edital.

Constata-se, portanto, que o edital do pregão em referência foi elaborado de forma regular, observando os ditames da Lei nº 14.133/2021, sendo que o parcelamento em grupos e o critério de julgamento por menor preço por grupo encontram-se tecnicamente fundamentados e economicamente justificados.

4. MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO

4.1. Prosseguindo com a análise, esclarecemos que os autos tramitaram por todas as instâncias consultivas deste Ministério, inclusive com remessa à Consultoria Jurídica da AGU, na forma preconizada pelo Art. 53, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.2. Além disso, o processo foi instruído conforme orienta a legislação bem como os órgãos de controle e modelos estabelecidos pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União e aprovados pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI, sendo o Termo de Referência desta proposta de contratação aprovado pelas autoridades pertinentes.

4.3. A impugnante afirma que os Lotes 1 e 5 agrupam itens fabricados com matérias-primas distintas (aço, madeira e estofados), o que, em seu entendimento, inviabilizaria a cotação equânime entre concorrentes, reduziria competitividade e afrontaria os princípios da economicidade e ampla concorrência.

4.4. Ocorre que as alegações não prosperam.

4.5. A divisão em lotes constante no Termo de Referência observou critérios técnicos, operacionais e administrativos, considerando a necessidade das unidades requisitantes e a gestão de entrega, instalação e garantia dos bens. A opção pela formação de lotes com diferentes linhas de mobiliário não configura ilegalidade, tampouco impede a participação de interessados, uma vez que não há exigência de fabricação própria, sendo perfeitamente possível a utilização de cadeia de fornecedores, revenda ou

consórcio, como é praxe no segmento.

4.6. Da mesma forma, não há norma legal que obrigue a Administração a licitar mobiliários apenas por linha de produção ou por tipo de matéria-prima, cabendo à Administração a prerrogativa de definir os objetos licitados de acordo com sua conveniência e oportunidade, desde que motivada, o que se verifica no Estudo Técnico Preliminar:

"9.1. Conforme consulta a fornecedores e lojas do ramo de equipamentos para cozinha industrial e restaurante, verificou-se que não se encontra facilmente fornecedor que oferte a totalidade dos itens a serem adquiridos, uma vez que possuem destinações e características diversas, a exemplo de mobiliário e equipamentos/acessórios de cozinha.
9.2. Além disso, para alguns itens deverá ser observada uma padronização, uma vez que deverão compor um todo harmônico como é o caso dos buffets, pelo que deverão ser entregues pelo mesmo fornecedor.
9.3. O parcelamento preserva a funcionalidade do objeto, pois os grupos foram definidos por similaridade técnica e funcional.
9.4. Permite a ampla participação de fornecedores especializados, aumentando a competitividade e garantindo melhor economicidade.
9.5. Está em conformidade com o art. 40, § 2º da Lei nº 14.133/2021.
9.6. Assim, opina-se pelo parcelamento por grupos, considerando a natureza e a funcionalidade distinta dos itens, de modo a possibilitar maior competitividade, permitir a participação de fornecedores especializados e obter melhor relação custo-benefício para a Administração."

4.7. A impugnante também sustenta que a composição dos lotes supostamente elevaria preços e afrontaria a economicidade, porém a argumentação é abstrata. Ao contrário, a contratação por lote otimiza a logística, reduz custos operacionais, facilita padronização de entrega, instalação e assistência técnica, evitando múltiplos empenhos, múltiplas faturas, deslocamentos e visitas técnicas, o que demonstra vantajosidade administrativa.

4.8. Ademais, não há limitação à competitividade, uma vez que o mercado conta com ampla rede de distribuidores multimarcas e empresas aptas a fornecer todos os itens descritos, seja diretamente, seja por meio de representantes, integradores ou fornecedores especializados.

4.9. Registre-se, ainda, que a simples alegação de dificuldade comercial não constitui vício do edital, pois a Administração não está obrigada a adaptar o objeto à estrutura interna de produção de empresas específicas. A licitação se volta aos interesses públicos, e não a conveniências particulares.

4.10. Portanto, não foi identificado qualquer vício de legalidade, restrição concorrencial ou afronta aos princípios licitatórios que justifique a modificação do edital ou a suspensão do certame.

5. DA DECISÃO

5.1. Pelos motivos elencados, recebo a impugnação interposta tempestivamente, para, no mérito, **negar-lhe provimento** pela ausência de fundamentação que sustente o pleito da impugnante, mantendo-se os termos do Edital em comento.

Brasília, 13 de novembro de 2025.

Documento assinado eletronicamente

Ronélio da Costa Mendonça

Pregoeiro(a)



Documento assinado eletronicamente por **Ronélcio da Costa Mendonça, Coordenador(a)**, em 13/11/2025, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://processoeletronico.trabalho.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=3&cv=7146976&crc=54F86F97, informando o código verificador **7146976** e o código CRC **54F86F97**.

Referência: Processo nº 19958.205491/2025-69.

SEI nº 7146976